

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL: SEGURANÇA ALIMENTAR E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Andrea Restrepo Ramirez¹

RESUMO

O artigo realiza um levantamento bibliográfico de literatura e de dados sobre o abastecimento alimentar global e no Brasil como dimensão de segurança alimentar e nutricional e dos comportamentos de consumo alimentar no país para compreender a configuração espacial do abastecimento com ênfase na esfera privada, ou seja, os estabelecimentos mercantis de varejo e atacado alimentar. Aborda-se o conceito dos circuitos superior e inferior da economia para a compreensão das desigualdades na distribuição e no consumo, que junto com o levantamento de dados do cadastro de empresas da Receita Federal do Brasil de 2023, exemplificam a configuração do varejo alimentar em termos de portes empresarial, subclassificação de atividades e localização. Sugere-se que o avanço da *supermercadoização* podem instalar padrões de consumo cada vez mais acentuados em torno dos alimentos processados e ultraprocessados agenciados pelas grandes indústrias de alimentos e conseqüentemente promover uma piora na segurança alimentar e nutricional da população das cidades.

Palavras-chave: Abastecimento Alimentar, Supermercado, Atacarejo, Segurança Alimentar e Nutricional, Desigualdades Socioespaciais

RESUMEN

El artículo realiza una búsqueda bibliográfica de literatura y de datos sobre el abastecimiento alimentario global y en Brasil como dimensión de seguridad alimentar y nutricional y de los comportamientos de consumo alimentario em el país para comprender la configuración espacial del abastecimiento con énfasis en la esfera privada, o sea, los establecimientos mercantiles de comercio detallista y al por mayor alimentarios. Se aborda el concepto de los circuitos superior e inferior de la economía para la comprensión de las desigualdades en la distribución y consumo, que junto con los datos de registro de empresas de la *Receita Federal do Brasil* de 2023, ejemplifican la configuración del comercio alimentario en términos de portes empresarial, subclassificación actividades y localización. Se sugiere que el avance de la *supermercadoización* puede instalar tendencias de consumo cada vez más acentuadas en torno de alimentos procesados y ultra procesados agenciados por las grandes industrias de alimentos y conseqüentemente promover un empeoramiento de la seguridad alimentaria y nutricional da la población en las ciudades.

Palavras clave: Abastecimento Alimentario, Supermercado, Atacarejo, Seguridad Alimentaria y Nutricional, Desigualdades Socioespaciales

¹ Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UnB, andrearpo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As últimas quatro décadas evidenciam a transformação das fases de produção, distribuição e consumo de alimentos. A imensa transformação na produção agroalimentar está vinculada ao domínio crescente e atual de empresas transnacionais. Esta tendência é evidente a partir das sementes, passando pelo cultivo, processamento, e até o último etapa do circuito em termos empresariais: o varejo. Dicken (2010) afirma como “Um número relativamente pequeno de empresas transnacionais está determinando qual alimento será produzido, como será produzido, por quem será produzido, como será comercializado e distribuído e ofertado para os consumidores finais”. (DICKEN, 2010, p. 396)

Prestamos especial atenção neste trabalho ao elo da distribuição de alimentos como ator fundamental no abastecimento para a segurança alimentar e nutricional: o varejo alimentar, englobando estabelecimentos comerciais de grandes e pequeno porte, entre eles os supermercados e hipermercados. Como Reardon e Berdegúe (2002) constata em pesquisas já desenvolvidas no início do milênio, os supermercados tornaram-se como o principal ator tomador de decisões nos sistemas alimentares urbanos, comandado por grandes redes de grandes compradores e não pela grande maioria de pequenos produtores de alimentos.

O presente artigo se constitui de quatro seções além da introdução. A primeira seção resume a metodologia da pesquisa. A segunda seção apresenta o referencial teórico sobre regimes alimentares, segurança alimentar e o abastecimento alimentar. A terceira seção apresenta resultados a partir da análise de dados do varejo alimentar e finalmente se apresentam as considerações finais e apontamentos de próximos passos.

METODOLOGIA

A proposta de aproximação teórico-conceitual-analítica está baseada na compreensão da dinâmica global alimentar e dos regimes alimentares, no conceito de Segurança Alimentar e sua adoção no Brasil, na conceituação e avaliação do abastecimento como dimensão de Segurança Alimentar, na discussão sobre o fenômeno de *supermercadização* (BEZERRA, 2020), e os efeitos da atual configuração espacial do abastecimento alimentar sobre as desigualdades socio-espaciais. Na dinâmica global atual, as estruturas de mercado oligopolistas se fortalecem com o neoliberalismo nos países em vias de desenvolvimento.

O referencial teórico tem como base os circuitos superior e inferior da economia de acordo com Santos (1979), onde as diferenças quantitativas e qualitativas no consumo são a

causa o efeito da existência desses dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

O levantamento de dados secundários é feito a nível municipal e estadual no Brasil e as principais bases procuradas incluem: (i) Cadastro de empresas de varejo alimentar (CNPJs) da Receita Federal do Brasil, (ii) POF/IBGE- Pesquisa de Orçamentos Familiares.

REFERENCIAL TEÓRICO

Globalização e regimes alimentares

Autores como McMichael (2009), Pritchard (2009), Burch e Lawrence (2009), Dicken, (2010), Coe e Wrigley (2018), Wilkinson (2003) trabalham o conceito de Regime Alimentar na busca da compreensão das relações entre a ordem capitalista mundial e o comércio internacional. O atual Regime Alimentar (terceiro) caracteriza-se por (i) novas regiões sendo inseridas nas cadeias globais de proteína (Brasil e China), (ii) a supermacia dos supermercados, (iii) o surgimento de complexos agroalimentares e de biocombustíveis, (iv) produção massificada de alimentos, (v) a ocidentalização das dietas e (vi) a pressão sobre a pequena agricultura como principais fenômenos.

No Brasil, a globalização e o neoliberalismo permitiram e incentivaram a instalação e expansão de empresas multinacionais do varejo de alimentos em um movimento de expansão de capital e de investimentos desde os anos 1960 com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento IPND por meio de políticas de isenção e incentivo ao consumo e linhas de financiamento. Segundo Agner, (2019), o número de lojas de supermercado passou de 992 em 1966 para 7.832 lojas em 1976.

Na medida que as empresas multinacionais de varejo se instalaram no Brasil desde os anos 1970, o número de fusões e aquisições tem sido significativa e pretende-se investigar os efeitos na evolução da participação de pequenos negócios de varejo alimentar na economia. Sposito e Sousa (2022) levantaram um total de 153 fusões e aquisições de redes supermercadistas somente entre 1989 e 2002, com o Grupo Pão de Açúcar (GPA) liderando 18% delas. Em contraposição à tendência globalizante de expansão do capital multinacional existem movimentos de insurgência que fogem ao padrão agroalimentar de acumulação capitalista. Outras vantagens à instalação das redes de varejo são os investimentos em logística de transporte interno promovidas pelo poder público.

Entre as quatro redes de supermercados que controlam respectivamente o setor em termos de faturamento no Brasil, as três que mais faturam são multinacionais: Carrefour, Assai/Casino, Grupo Pão de Açúcar/Casino. Em quarto lugar encontra-se uma rede de capital nacional, Grupo Mateus. (ABRAS, 2023)

Com esta presença crescente e marcante dos supermercados como atores do abastecimento alimentar a nível privado das famílias – com maior concentração em cidades grandes e médias, apresenta-se o debate de que a crescente presença do grande varejo alimentar unido ao desmonte de políticas públicas de segurança alimentar, na última década: (i) piora a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população urbana pois induz e reforça o consumo de alimentos ultraprocessados adquiridos em supermercados, (ii) agudiza a concentração econômica no varejo por meio da fusão e aquisição de empresas conduzidas pelos grandes varejistas de capital multinacional assim como a desapareição de pequenos mercados locais e empresas de varejo alimentar nas cidades, (iii) aprofunda a perda de biodiversidade ao promover *standards*, certificações e padronização da dieta “ocidental” e (iv) mercantiliza o alimento a favor do capital varejista e industrial em detrimento da valorização do alimento como saber local e soberano dos povos e do direito humano à alimentação, com o agravante da persistência da insegurança alimentar no caso brasileiro e da América Latina.

O abastecimento alimentar como dimensão de segurança alimentar e nutricional (SAN)

Para compreender a relação entre o abastecimento alimentar e a segurança alimentar é necessário recorrer a suas definições. A definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) abrange a compreensão de duas dimensões: a alimentar, referente aos aspectos da produção e disponibilidade de alimentos, e a nutricional, que incorpora relações entre o homem e os alimentos. Esta definição encontra-se contida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (SISAN), como sendo:

“[...] A realização de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.” (BRASIL, 2006)

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) - Lei no 11.346/2006 teve como objetivo assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que mais



tarde seria reconhecido na Constituição Brasileira², e criou um sistema de monitoramento da SAN com base na FAO- *Food and Agriculture Organization*. As quatro dimensões da SAN conceptualizadas pela FAO (2014) são:

1. Disponibilidade de alimentos: trata da oferta adequada de alimentos (produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição de alimentos) para atender toda a população de acordo com o nível de consumo adequado.
2. Acesso físico e econômico aos alimentos: a capacidade de obter alimentos de forma socialmente aceitável.
3. Utilização dos alimentos: utilização influenciada pelas condições de saúde e saneamento básico, a segurança microbiológica e química dos alimentos., os hábitos alimentares.
4. Estabilidade: a garantia do acesso regular e contínuo aos alimentos e a sua utilização. (MORAIS *et al.*, 2020, p. 30)

No Brasil, o sistema de monitoramento da SAN é dividido em seis dimensões, com correspondência próxima às dimensões propostas pela FAO, e adota indicadores de monitoramento para a avaliação e evolução da situação de SAN da população.

Dimensões adotadas pela FAO	Dimensões adotadas pelo Brasil
Disponibilidade	Produção de alimentos Disponibilidade de alimentos
Acesso	Renda Acesso à informação
Utilização	Saúde e acesso aos serviços de saúde
Estabilidade	Educação

Quadro 1. Dimensões do sistema de monitoramento de SAN adotadas pela FAO e pelo Brasil de acordo com Morais *et al.*, (2020)

A disponibilização de alimentos perpassa restrições em termos de universalização para toda a população, em especial aos grupos mais vulneráveis. Em termos de oferta de alimentos

² Em 2010 foi aprovada a Emenda Constitucional no 64/2010, reconhecendo a alimentação como um direito constitucional.

há relações mercantis, de logística, ambientais, culturais, sociais, e espaciais que determinam a regularidade de oferta e o modo da oferta dos produtores rurais no âmbito nacional, em especial da Agricultura Familiar, assim como a diversidade adequada de alimentos saudáveis e preços acessíveis. Outras variáveis no âmbito internacional como o comércio internacional de alimentos, a inserção de multinacionais da indústria e do varejo alimentar fazem parte da equação do abastecimento interno.

A partir destas dimensões, destacamos na presente análise a importância da dimensão disponibilidade de alimentos, chamada aqui de dimensão abastecimento alimentar e cujo escopo pode ser destacado nas esferas pública e privada em relação aos equipamentos públicos e privados de abastecimento alimentar nas cidades. Especial atenção é dada aqui ao abastecimento alimentar privado e ao fenômeno a *supermercadoização* para identificar como a configuração e disponibilidade dos alimentos pode moldar ou induzir relações de consumo alimentar de acordo com o preço, a proximidade, os hábitos, a renda e os modelos de negócio dos estabelecimentos que comercializam alimentos. Adicionalmente, permite verificar a concentração do capital e a consequente destruição do pequeno varejo ao longo dos anos, e desigualdades socio-espaciais.

Os circuitos da economia urbana e as desigualdades socio-espaciais

Segundo Santos (1979), a existência desses dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços na sociedade urbana decorre do processo de modernização tecnológica que se encontram em permanente interação e onde o circuito inferior é dependente do circuito superior.

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. (SANTOS, 1979, p. 15).

O varejo alimentar envolve-se em ambos os circuitos e apresenta disparidades entre os grandes *players* mundiais do varejo - representado pelas empresas multinacionais- e a grande quantidade de pequenos comércios, maioria em número de estabelecimentos no país.

Para efeitos deste trabalho, o conceito de equipamentos privados de abastecimento alimentar se refere aos estabelecimentos mercantis de abastecimento de alimentos identificados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e cuja Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) faz parte do varejo alimentar, nos diferentes portes por faturamento, de acordo com o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e metodologia do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): Microempreendedores individuais (MEI), Microempresa (ME), Empresa de pequeno porte (EPP) e Médias e Grandes empresas (Demais portes). São considerados somente os estabelecimentos mercantis. As classificações CNAE que se enquadram no comércio de alimentos são as divisões 46 (Comércio por atacado) e 47 (Comércio Varejista). Dentro das divisões utilizou-se o critério do filtro por subclasses associadas ao termo “alimentos”.

O lado privado do abastecimento

Segundo dados abertos da Receita Federal do Brasil de 2023³ foram identificados 804.135 estabelecimentos mercantis com CNPJ ativo classificados em 40 Subclasses de CNAE. Após análise foram identificadas e escolhidas as 15 Subclasses de CNAE que melhor representam os equipamentos privados de abastecimento alimentar no país com a função de abastecer o consumidor final, na forma de varejo e atacarejo alimentar⁴, contabilizando 759.846 estabelecimentos.

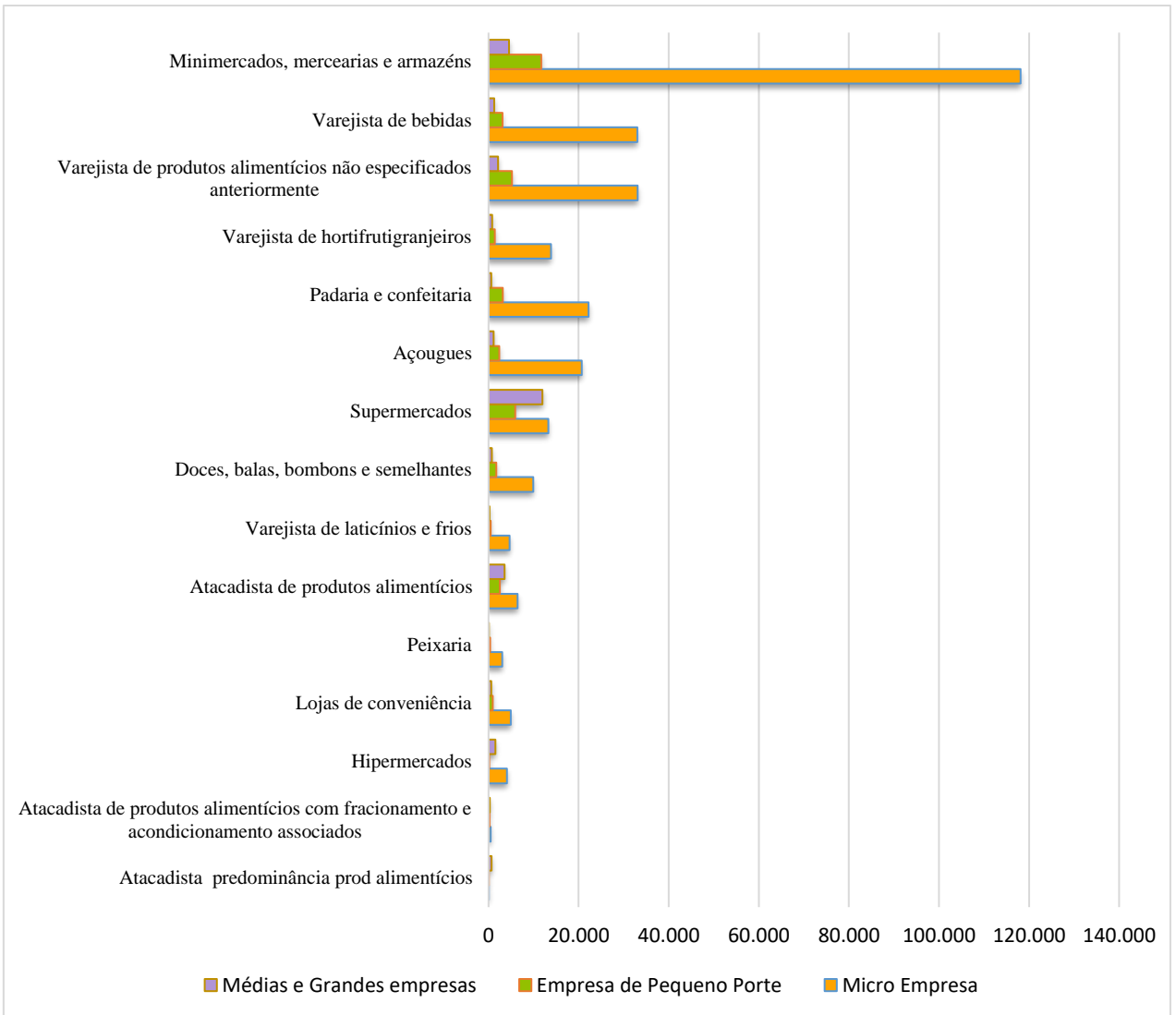
Ao analisar os dados dos estabelecimentos mercantis do varejo e atacarejo alimentar chama a atenção o grande número de MEIs sob a classificação do agregado destas subclasses de CNAE, representando 53% dos CNPJs ativos. Para efeitos da presente análise os MEIs não serão considerados para a contabilização de CNPJs. Ao retirar os MEI da análise, restam

³ Cartão Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Portal de Transparência do Governo Federal, em formato aberto, disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-nacional-da-pessoa-juridica---cnpj>. Data da última extração dos dados: 10/06/2023.

⁴ O atacarejo é um modelo de negócio que reúne características do varejo e do atacado em uma única marca ou empresa e que atendimento ambos formatos. Em inglês, denominado cash-and-carry. O atacarejo abastece tanto para micro e pequenas empresas de varejo no formato atacado quanto a consumidores finais, Nos dados da Receita Federal, os atacarejos de autosserviço adotam em sua grande maioria as subclasses de CNAE 4639-7/01, 4639-7/02 e 4693-1/00.

357.352 estabelecimentos de varejo e atacarejo alimentar ativos até junho de 2023 e serão o objeto da análise do abastecimento alimentar privado.

Gráfico 1. Total de Estabelecimentos (matriz e filiais) do Varejo Alimentar no Brasil, por porte, exceto MEI, RFB-2023



Fonte: Elaboração própria com base na RFB (2023)

A presença marcante de microempresas de varejo alimentar exemplifica o importante papel desempenhado pelos pequenos negócios no varejo alimentar em minimercados, mercearias, lojas de bebidas, açougues, peixarias, padarias, lojas de conveniência e inclusive em supermercados. Já para hipermercados e atacados/atacarejos, observa-se uma estrutura de

participação menos acentuada da microempresa e maior participação de médias e grandes empresas.

Observa-se uma expressiva participação dos minimercados como modelo mais representativo do varejo alimentar, seguido de estabelecimentos que comercializam produtos naturais e dietéticos, comidas congeladas, café moído, sorvetes ou lojas de *delicatessen*, de acordo com a descrição da CNAE 4729-6/99- Varejista de produtos alimentícios não especificados anteriormente.

Em termos de distribuições geográficas no país observa-se a grande representatividade do varejo alimentar na região Sudeste e Sul, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná respectivamente nas três primeiras colocações no ranking de estados com maior número de estabelecimentos de varejo alimentar (sem considerar MEIs). No lado oposto, três estados da região Norte possuem o menor número de estabelecimentos, a saber: Roraima, Acre e Amapá. Esta configuração do abastecimento privado alimentar elucida desigualdades em termos estaduais e regionais.

Uma das análises realizadas a partir do histórico de abertura e fechamento de estabelecimentos de varejo desde o ano 2000 aponta para a relação entre o aumento do fenômeno da *supermercadização* e o aumento dos atacarejos e a diminuição de pequenos negócios de varejo. Entre o ano 2000 e 2023, sem considerar MEIs, foram abertos 286.893 e foram baixados 365.279 minimercados, deixando um saldo negativo entre abertura e fechamento na ordem de 78.386 estabelecimentos em 23 anos, ou seja, uma destruição de negócios cuja maioria são pequenos. Do lado dos atacarejos, entre o ano 2000 e 2023 foram abertos 26.680 atacarejos e baixados 15.195, contabilizando um saldo positivo entre abertura e fechamento de 11.485 estabelecimentos em 23 anos, cuja maioria é de médias e grandes empresas.

Esta exemplificação do lado privado do abastecimento traz à tona a discussão do abastecimento como dimensão de Segurança Alimentar e nutricional pois aliado ao aumento dos supermercados e atacarejos vem a mudança de hábitos de consumo na hora de comprar alimentos.

Evolução dos hábitos de consumo e de compra de alimentos

No Brasil, a evolução da participação dos principais locais de compra na despesa com alimentação dos lares urbanos demanda um olhar atento. A POF/IBGE, que mede a participação

dos principais locais de compra na despesa média mensal com alimentação, mostrou um evidente aumento da participação dos supermercados como o local de consumo preferido em termos de alimento. Entre os levantamentos de 2002/3 e 2008/9, os supermercados-hipermercados saíram de uma participação média de 44,8% para 53,9%. (IBGE, 2010)

Nos supermercados, o acesso fácil a alimentos ultraprocessados e processados é facilitado. (COSTA *et al.*, 2013) Por meio da POF é possível perceber o aumento da participação dos alimentos ultraprocessados no consumo das famílias de 10% em 1987 para 24% em 2017 nas regiões metropolitanas. (LEVY *et al.*, 2022) Em complementação, a proximidade de feiras favorece o consumo de alimentos saudáveis (frutas e verduras). Estudo de Reardon *et al.*, (2009) aponta para uma participação de mais de 30% do total de compras de alimentos frescos domiciliares proveniente destes locais.

Os supermercados vêm eliminando a figura do atacadista, fazendo com que o varejo passe a atuar como atacadista para outros setores de alimentos e o que suprimento do pequeno varejo se faça diretamente com a indústria de alimentos ou mesmo com o produtor da agropecuária e não por meio dos atacados. Este novo modelo de atacarejo vêm ganhando espaço no fornecimento de alimentos frescos, processados e industrializados para restaurantes, cozinhas industriais, outros varejistas e consumidores finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação não é o resultado de uma cadeia de produção agrícola que se transforma de produção ao consumo. Alimentar-se é um sistema de escolhas dos consumidores nas esferas pública e privada a partir de aspectos culturais complexos que envolvem religião, regimes nutricionais, imaginários de consumo, gosto, tradições, hábito, saúde, capacidade de compra e acesso. O geógrafo francês Gilles Fumey lembra que a forma de como pensar o alimento como parte integrante fundamental da vida e da reprodução humana, é pensá-lo também como patrimônio imaterial (FUMEY, 2018). A nossa relação com o alimento está condicionada à nossa tradição, identidade, ao modo de vida, à urbanização e, nos tempos de globalização, à transnacionalização do capital.

Mas a partir da transnacionalização do capital e do varejo, o que decidimos comer tornou-se um processo mais complexo. Somam-se às motivações culturais, religiosas, questões relacionadas à saúde, estilo de vida, conduta ética, e nos países em desenvolvimento, à disponibilidade de renda.

Vem-se observando o avanço e interiorização no território do modelo supermercado e atacarejo e com esta tendência podem se instalar padrões de consumo cada vez mais acentuados em torno dos alimentos processados e ultraprocessados promovidos pelas grandes indústrias de alimentos.

Existem alternativas aos supermercados? Encontram-se estudos na temática dos Sistemas Alimentares alternativos de autores como Van der Ploeg (2008), Coca (2016), Rastoin (2017), Preiss e Schneider (2020), Lever e Sonnino (2022), Maluf e Burlandy (2022), Grisa *et al.* (2022), entre outros, que identificam iniciativas alternativas e sustentáveis de comercialização e de consumo como crítica ao regime alimentar corporativista e multinacional.

As feiras livres e os equipamentos públicos de segurança alimentar fazem parte dos espaços de resistência onde o poder público atua para garantir o pilar de abastecimento alimentar nas cidades. Outras alternativas como apoiar o comércio local e o pequeno varejo e iniciativas como as CSAs (Comunidade que Sustenta a Agricultura) são outros espaços e relações justas e sustentáveis em prol da segurança alimentar e nutricional e o basta à padronização da dieta ocidental nos países em via de desenvolvimento.

Ressalta-se a necessidade de analisar de forma abrangente a configuração espacial do abastecimento nas esferas pública e privada e a influência do fenômeno da *supermercadização* nos padrões de consumo urbano, na produção do espaço urbano e na criação de desigualdades socioespaciais.

A pesquisa pretende auxiliar em mecanismos de controle da concentração econômica do capital varejista, de apoio à comercialização da agricultura familiar e de posicionamento do Brasil frente ao capital varejista global como forma alternativa aos supermercados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos jurídicos. **Lei nº 11.346, de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Poder Executivo, Seção 1, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm.

AGNER, Marcelo Ramalho. A dinâmica geográfica do setor supermercadista no Distrito Federal. 2019. 239 f., il. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS- ABRAS. Ranking ABRAS 2022. Revista Super Hiper, edição maio de 2023. Disponível em: <https://superhiper.abras.com.br/pdf/280.pdf>

BEZERRA, J. Geografia, Comércio e Consumo: Os Supermercados Como Tema Geográfico. **Espaço & Geografia**, vol.23, n.2, 2020.

BURCH, D., LAWRENCE, G. Towards a Third Food Regime: behind the Transformation, **Agriculture and Human Values**, vol 26. P..267–7, 2009.

COCA, E. L. DE F. A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. **Tese de doutorado**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 24 ago. 2016.

COE, N. M; WRIGLEY, N. Towards new economic geographies of retail globalization. In: CLARK, G. *et al.* (eds.). **The New Oxford Handbook of Economic Geography**. New Edition ed. Oxford. Oxford University Press, p. 427-447, 2018.

DICKEN, P. Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia global. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FAO. Organização das Nações Unidas Para Alimentação e a Agricultura. O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014.

FUMEY, G. Géopolitique de l'alimentation. Sciences humaines Édition. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9051>.

LEVER, J.; SONNINO, R. Food system transformation for sustainable city-regions: exploring the potential of circular economies, **Regional Studies**. 2022

LEVY, R. *et al.* Regional and socioeconomic distribution of household food availability in Brazil, in 2008-2009. **Revista de saúde pública**, v. 46, p. 6–15, 2011.

MALUF, R.; BURLANDY, L. Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável. Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz**, 2022.

MCMICHAEL, P. A Food Regime Genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, 36, P. 139-169, 2009.

MORAIS, D. *et al.* **Ebook-Atualizações-e-debates-sobre-Segurança-Alimentar-e-Nutricional-1.pdf**, 2020. <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Ebook-Atualiza%C3%A7%C3%B5es-e-debates-sobre-Seguran%C3%A7a-Alimentar-e-Nutricional-1.pdf>.



PLOEG, J. D., V. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: **UFRGS**, 2008. 372 p., pp. 85-95.

PREISS, P.V.; SCHNEIDER, S. Sistemas Alimentares no Século XXI. Debates contemporâneos. **Editora da UFRGS**, 2020.

PRITCHARD, B. Food Regimes. In: KITCHIN, R; THRIFT, N. (eds). International Encyclopedia of Human Geography. Amsterdam: **Elsevier**. 2009.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J.A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development Policy Review**: vol 20, P.371-388, 2002.

RASTOIN, J. Les systèmes alimentaires territorialisés: quelle contribution à la sécurité alimentaire? In: RASTOIN, J. e FERHAULT, C. La sécurité alimentaire mondiale. État des lieux et perspectives. Paris: **L'Harmattan**. P. 187-216, 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Cartão Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**. <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-nacional-da-pessoa-juridica---cnpj>. Acesso em 10/06/2023.

SANTOS, M. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: **Edusp**, 1979.

SPOSITO, M.E.B.; SOUSA, G.M. Concentração econômica e expansão territorial: lógicas espaciais do ramo supermercadista. In: MIYAZAKI, V. *et al.* As lógicas econômicas e espaciais do ramo supermercadista. **Ed. Consequência**. 332p, 2022.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, 2003.